

II

O ENSINO ANTIAUTORITÁRIO



Félix García Moriyón*

Uma das características centrais da proposta pedagógica dos anarquistas é o seu antiautoritarismo, o qual, por outro lado, estava totalmente de acordo com as suas colocações políticas e sindicais globais. Se era imprescindível suprimir o Estado, isto seria impossível sem abolir tanto a opressão que aquele gera como a submissão que fomenta entre os seres humanos, e os lugares em que essa submissão se desenvolve, como a família e a escola. Godwin, com idéias tão próximas às do anarquismo posterior, viu claramente a importância da educação, mas também os novos perigos que encerrava se se realizasse um projeto de sistema escolar nacional dependente do governo. Se assim fosse feito, estaríamos pondo em mãos de um agente tão pouco confiável como o governo um instrumento poderosíssimo que o ajudaria a reforçar o poder e fomentar as instituições. A educação deixaria de ser automaticamente um instrumento fundamental para a emancipação dos seres humanos e se converteria numa escola de submissão em que antes de tudo se buscaria formar “**bons cidadãos**”.

O autoritarismo que se rechaça é algo que vai contra as propostas pedagógicas iniciadas por Rousseau que colocam na criança e nos seus próprios interesses o centro da educação e que entendem esta mais como pleno desenvolvimento de suas possibilidades do que como transmissão de um conjunto de valores socialmente admitidos. Os anarquistas aceitaram este pedocentrismo inicial, sendo inclusive bastante mais rigorosos e coerentes do que o próprio Rousseau, que na prática tendia a um excessivo controle de tudo quanto fazia a criança. Não obstante, em nenhum momento entenderam o antiautoritarismo de uma forma simples e imediata, mas antes como um longo processo que deve animar todo o período

educativo, embora de forma distinta, conforme o momento de que se trata. O objetivo final será, evidentemente, o de conseguir que as crianças seja donas de sua própria vida e que não deve se deixar oprimir e explorar; para tanto, temos que fazê-las ver que não se deve uma obediência cega ao professor, como tampouco se deve esse tipo de obediência às autoridades sociais. Porém isto se consegue se respeitando o próprio processo de desenvolvimento da criança.

Bakunin foi muito claro neste sentido e manteve uma posição que goza de bastante respeito no âmbito da pedagogia. Muitas vezes citado, tornamos a fazê-lo aqui pela clareza com que expõe seu pensamento: **“O princípio de autoridade constitui na educação das crianças o ponto de partida natural; é legítimo e necessário quando se aplica a criança de tenra idade num momento em que a sua inteligência não está de nenhum modo desenvolvida. Porém na medida em que o seu desenvolvimento total, e por conseguinte o de sua educação, implique a gradativa negação do ponto de partida, essa autoridade deve desaparecer, dando à criança uma crescente liberdade. Toda educação racional não é no fundo outra coisa senão a abolição progressiva da autoridade em benefício da liberdade, sendo necessariamente o propósito último da educação o desenvolvimento de homens livres imbuídos de sentimentos de respeito e amor parar com a liberdade dos demais. Assim, o primeiro dia de vida escolar – a escola recebe as crianças que mal começaram a balbuciar – deve ser o de maior autoridade e o de ausência quase total de liberdade, porém seu último dia será o de maior liberdade e o de abolição de todo vestígio do princípio de autoridade”**. O fio condutor fica assim suficientemente claro: ir contra o autoritarismo não significa em nenhum momento propor uma educação permissiva, igualmente nociva, mas sim eliminar o que impede o normal desenvolvimento da criança.

Em resumo, utilizando uma terminologia mais moderna, trata-se de favorecer a passagem de uma etapa do desenvolvimento infantil caracterizada pela heteronomia a outra, com a autonomia como eixo central. Normal é, portanto, que a criança pequena se veja submetida de alguma maneira aos adultos; o normal, o sementeiro de todo tipo de submissão posteriores consistirá no fato de esse período se prolongar mais do que deve aos adultos, aos professores, e que nada parte dela. Se lhe inculcamos isto, estará preparada para seguir obedecendo posteriormente aos pastrões, aos policiais, ou a qualquer autoridade opressora. A meta e objeto de todo processo educativo consiste, pelo contrário, em conseguir que a criança chegue a pensar por si mesma, que não delegue a ninguém a sua própria capacidade de decidir, que seja o seu próprio dono e dono dos

seus atos. E esse objetivo é igualmente válido quando falamos da educação num sentido mais geral, quando fazemos referência à educação dos operários, aos quais é necessário despertar para que sejam capazes de se rebelar contra montanhas de submissão e resignação.

Não obstante, uma opção clara e decidida pelo autoritarismo implica alguns problemas difíceis no meio dos pedagogos anarquistas. Alguns, possivelmente a maioria, querem ser radicais até o final e não admitem desviar um mínimo que seja do respeito inicial concedida à criança; por isso mesmo insistirão no fato de que à criança não deve impor absolutamente nada, que se tem que deixar que cresçam nelas os seus próprios interesses e opções sociais, inclusive correndo o risco de que essas opções sejam contrárias ao próprio ideário libertário. Outros não pretendem chegar a tanto e concebem a educação antiautoritária como um processo no qual se fomenta o espírito de rebelião nas crianças e se lhe ensina a enfrentar o sistema social injusto em que nasceram, correndo inclusive o risco de serem acusados de doutrinar, mais do que de educar as crianças. A polêmica foi importante na Espanha, porque colocou frente a frente Ricardo Mella, partidário da primeira opção, com Ferrer i Guardia, partidário da segunda. É bem verdade que Ferrer não deve ser considerado um anarquista, porém, indubitavelmente, seu trabalho pedagógico foi bastante considerado nos meios anarquistas e esteve em contato também com as experiências que então desenvolvia Paul Robin.

Provavelmente o mais radical neste sentido foi Tolstoi. Do mesmo modo que acontece com Ferrer, o grande escritor russo não pode ser considerado propriamente um anarquista; em sua época foi um tema discutido na imprensa libertária, porém as crenças religiosas professadas por Tolstoi o afastavam das convicções profundas dos anarquistas. Não obstante, do ponto de vista pedagógico teve também uma enorme aceitação, pois seus conceitos coincidiam substancialmente com a tradição pedagógica anarquista. A escola de Yasnaia Poliana era tão radical e inovadora como a de Robin ou Faure e, inclusive, superava-as na aceitação até as últimas conseqüências da liberdade das crianças, pois na sua escola nada era obrigatório, nem horários, nem assistência às aulas, nem programas e nem normas disciplinares. Somente o movimento pedagógico das comunidades escolares de Hamburgo, desenvolvido durante a República de Weimar, chega a conclusões tão radicais e aplica-os na prática; Berthold Otto, Gustave Wyneken e seus companheiros chegaram até o final, configurando, junto com Tolstoi, os pontos de referência imprescindíveis para questionar um tema tão complexo como o das relações entre liberdade e autoridade. Nem sequer a célebre experiência de Neill em Summerhill será tão conseqüente.

De qualquer forma, o problema é complexo, como é igualmente complexa a questão da neutralidade no ensino sobre a qual tanto discutiram Ferrer e Mella. É de difícil solução teórica e de muito mais difícil solução prática. Na verdade, a pedagogia anarquista sempre foi fiel às afirmações centrais de Bakunin que, dirigidas a um contexto mais geral, têm plena aplicação ao campo do ensino: a liberdade só se consegue com a liberdade e todo problema resolvido à força continua sendo um problema. Não há nenhum caminho que leva à liberdade senão o da própria liberdade, o do exercício cotidiano da liberdade; é possível determinar, como fazia Bakunin, o que é preciso com relação à infância, mas sem esquecer nunca qual é o caminho e a meta e estabelecendo com absoluta clareza que o exercício da liberdade por parte do aluno tem que ser efetivo e real desde o início, porém com caráter progressivo e que só se manifeste plenamente nos últimos anos do período escolar. Pelo mesmo motivo, é necessário ter sempre em mente que os problemas resolvidos à força continuam sendo problemas, que a tarefa educativa não é uma questão de disciplina ou de imposições autoritárias, pois com ela estamos tentando que o menino chegue a ser dono de si mesmo e solidário com os demais, objetivo que não se alcança nunca à força e nem com coações. Recorrer a essas coações quando surgem problemas na educação não leva nunca à resolução do problema proposto, mas sim apenas a ocultá-lo ou, o que é ainda pior, a gerar a submissão incondicional do aluno, isto é, acostumá-lo a ser persuadido.

Que a escola, com frequência, sofria do defeito de submeter as crianças e não educá-las de maneira liberadora era algo claro para todos os anarquistas e por isso eles deram tanta importância aos problemas pedagógicos, como já dissemos no princípio. As soluções que eles buscaram na prática tentam remediar esse defeito. Em *Cempuis*, Paul Robin considerava **“da maior importância que as pessoas mais velhas tivessem o mais absoluto respeito pela liberdade da criança e que renunciassem sinceramente a impor-lhe uma autoridade que só tem como fundamento o direito do mais forte”**; daí a proposta de difundir nos alunos o ódio a todo tipo de autoridade e o espírito de rebeldia. Em *La Ruche*, Faure insistia igualmente no fato de que **“a criança não pertence a Deus, nem ao Estado e nem à sua família, mas somente a si mesma”**, e por isso pretendia respeitar a sua liberdade e autonomia, empenhando-se para que ela não fosse tratada como um adulto em miniatura. No tocante à experiência de Tolstói, já mencionamos a radicalidade com que abordava esta questão, sua opção categórica pelo que ele mesmo chamava de desordem ou ordem livre, ou

seja, deixar que a ordem surja espontaneamente dos interesses dos alunos, nunca de imposição forçada dos professores.

O caso Ferrer é interessante porque nos revela um componente fundamental para compreender o que os anarquistas entendiam por ensino antiautoritário. Levando adiante a sua experiência pedagógica num ambiente muito menos tolerante, como prova a sua própria morte num processo vergonhoso, vai insistir muito mais no componente científico e leigo da escola, refletindo a mentalidade positivista da época que tanto impregnou os ambientes libertários. Educar na liberdade era definido, mais que pelo respeito aos desejos e interesses da criança, como educar no espírito da ciência; isto é, liberar as crianças de todos os preconceitos e dogmatismos que haviam obscurecido e anulado a capacidade de decisão autônoma dos seres humanos. Era muito importante para Ferrer, numa Catalunha em que a escola era dominada pela Igreja, lutar contra o dogmatismo clerical e difundir o livre espírito científico. Por isso mesmo ele acentuava o caráter diretamente liberador de um ensino científico, com expressões que devem ser entendidas no bolo desse ambiente positivista do século XIX. A ciência, para Ferrer, **“por todo lado dissipa os erros tradicionais; com o procedimento seguro da experiência e da observação, capacita os homens a formarem exata doutrina, critério real, sobre os objetos e as leis que os regulam, e nos momentos presentes, com autoridade inconcussa [incontestável], indisputável, para bem da humanidade, para que exterminem de uma vez os privilégios e exclusivismo, se constitui em diretora única da vida do homem, procurando impregná-la de um sentimento universal humano”**.

in:

págs. 17 ~ 21; **Educação Libertária**, coletânea com textos de Félix García Moriyón (organizador), bakunin, kropotkin, mella, robin, faure e pelloutier; editora artes médicas sul, porto alegre; coleção educação: teoria crítica.